

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima
Roberta de Souza Ayres

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 7 de março de 1991

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Já surgem alguns sinais, tímidos, de maior movimento comercial e de reativação da atividade industrial neste mês de março. Isso pode ser explicado por uma conjunção de fatores. Passado o Carnaval e iniciado o período escolar, as vendas ao consumidor tradicionalmente se expandem e, em preparação a isso, o comércio recompõe mais depressa seus estoques. Neste ano, esse efeito sazonal pode ser algo mais pronunciado em função da política salarial adotada de acordo com as linhas básicas do Plano Collor. As últimas medidas do governo também propiciaram uma redução nos juros, que deve refletir-se nas vendas a prazo.

Observa-se, porém, uma atitude de cautelosa expectativa por parte tanto das empresas como do governo. Haveria um "alento" ao consumo, no dizer de alguns empresários, mas o volume de encomendas não alcançou um nível capaz de fazer com que seja apreciavelmente reduzida a capacidade ociosa em muitas indústrias. O desemprego na indústria continua muito elevado e o melhor que se pode dizer, com base na pesquisa da FIESP relativa à terceira semana de fevereiro, é que

há uma tendência à estabilidade. Da mesma forma, o número de concordatas de empresas de todos os portes é ainda expressivo, embora tenha caído.

Acresce que, como ocorre nos períodos de congelamento de preços, tornam-se mais acirradas as disputas entre fornecedores e comerciantes em torno de condições e prazos de pagamento. O comércio, de sua parte, não parece entusiasmado com as perspectivas de vendas na mudança de estação. Admite-se que o faturamento em março deve ser bastante superior ao de fevereiro, mas os lojistas fazem questão de lembrar que este mês tem cinco semanas e muito mais dias úteis.

Do lado do governo, espera-se que as vendas cresçam e que, de março em diante, o número de contratações pelas empresas possa aumentar. Além dos argumentos citados, menciona-se a circunstância de que as incertezas diminuíram, principalmente depois da

renovação do apoio do presidente Fernando Collor à equipe econômica.

É visível, porém, uma ponta de inquietação nos meios oficiais sobre o alcance do reaquecimento. E há razões para isso: o mercado financeiro continua líquido demais com a expansão de 38,4% da base monetária (expansão primária de moeda) em fevereiro. Teme-se, por isso, que a "bolha" de consumo que começa a se formar não seja tão facilmente evitável. É verdade que a taxa de 38,4% representa a ponta de final de período (28 de fevereiro em comparação com 31 de janeiro). Em termos médios, a base cresceu 13,9% no mês passado, uma expansão bem menos impressionante, mas, mesmo assim, significativa.

Este foi o resultado da vultosa operação de socorro aos tesouros estaduais pelo Banco Central (BC), aliada, nas últimas semanas, a um considerável volume de saques em modalidades diversas de aplicação financeira

em decorrência das alterações introduzidas pelo Plano Collor II. Parte desses recursos poderia ir para o consumo, principalmente de bens duráveis, ou para ativos de risco. O governo espera, porém, que grande parte dos recursos sacados retorne ao sistema através de certificados de depósito bancário (CDB), de cadernetas de poupança ou dos Fundos de Aplicação Financeira (FAF), os chamados "fundões".

As autoridades, como dissemos, vêem como natural uma certa reativação a esta altura, mas estão preparadas para a eventualidade de um impulso maior à demanda que possa vir a colocar em risco a luta contra a inflação. O presidente do BC, Ibrahim Eris, já deixou claro que aguarda apenas a acomodação do mercado às novas regras para voltar agressivamente à colocação de Bônus do Banco Central (BBC), de modo a enxugar o excedente de liquidez.

Isso, por certo, determinará um aumento da taxa de juro. Concordamos, todavia, que esta será a medicação correta, se preciso for. O crescimento econômico é desejável, sim, mas não alimentado pelo descontrole monetário.

Economia Brasil Os limites da reativação